

Nakano quer acordo realista e permanente

Simonsen acha que a moratória atrapalhou

Delfim ainda considera FMI melhor saída

Nakano: Moratória foi positiva

7. NOV 1987

Fredy Krause

O maior mérito da moratória foi o de ter aumentado o poder de barganha do País e aberto caminhos para uma forma não-tradicional de renegociação da dívida externa, representada pela securitização (transformação em títulos) de parte dos débitos com os bancos privados internacionais e pela possibilidade de fechar com eles um acordo fora do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esta foi a avaliação feita ao *Jornal de Brasília* pelo chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, sobre a moratória declarada pelo Brasil em 20 de fevereiro deste ano a seus credores internacionais privados, aos quais deve US\$ 67 bilhões de principal e mais US\$ 4,3 bilhões de juros a vencer até o fim deste ano.

Polêmica

A moratória vem causando polêmicas internas desde que foi declarada. Entre seus principais adversários figuram os ex-ministros da Fazenda e do Planejamento Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen. Para Delfim, o caminho alternativo mais lógico teria sido um acordo com o FMI. Com ele, o País já teria renegociado a dívida com os bancos e estaria com sua economia crescendo a taxas bem superiores às atuais. Ele não aceita

o argumento de que a moratória teve como um dos objetivos preservar as reservas, que em fevereiro estavam em US\$ 3,3 bilhões. Disse que em 1982 renegociou a dívida de então (via FMI) com reservas negativas em até US\$ 3,2 bilhões.

Já Mário Henrique Simonsen acha que o poder de barganha do País com reservas maiores (US\$ 4,2 bilhões, conforme o último dado) não aumentou. Ele estima que a moratória já custou ao Brasil US\$ 1,2 bilhão nas linhas de crédito de curto prazo (ao todo são cerca de US\$ 15 bilhões de créditos comerciais e interbancários). Além disso, ele contabiliza um aumento dos *spreads* (taxas de risco) dessas linhas e o cancelamento do acordo fechado pelo Brasil em janeiro deste ano com o Clube de Paris, pelo qual renegociou os US\$ 500 de principal com os bancos de importação e exportação dos países-membros do clube que vencia no primeiro semestre do ano. Também acredita que foi a moratória que inviabilizou um empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Mundial (Bird) para o setor elétrico brasileiro. Sem falar na queda dos investimentos externos no País, no aumento das remessas de lucros e dividendos para o exterior e na extinção dos financiamentos de longo prazo.

FMI inaceitável

O chefe da Secretaria Especial

de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, concorda que a moratória também tem aspectos negativos. Entre eles, o de que o Brasil está na lista negra dos bancos credores e de que os créditos de curto prazo ficaram mais caros. Ele acha também que a moratória não pode durar para sempre e que o País deve reintegrar-se à comunidade financeira internacional. Mas não a qualquer preço.

Para ele, um acordo prévio com o FMI, nos moldes recessivos dos que foram firmados anteriormente pelo Brasil com a instituição, "é inaceitável em termos de produto (Produto Interno Bruto) e de consumo". Ele lembrou que durante a vigência desses acordos, o FMI estabelecia as metas de crescimento (ou recessão) da economia, e o País se esforçava para cumpri-las. Mas quando não era bem-sucedido nesse esforço, o Fundo sustava os desembolsos e, em cadeia, os bancos comerciais faziam o mesmo, inclusive quanto ao financiamento dos juros. Isso só elevava os ônus do País.

Nova forma

Para Yoshiaki Nakano, "era um processo repetitivo sem fim", com extremas consequências para o Brasil. O processo todo mostrou que o resultado pode ter sido bom para os bancos, mas os indicadores

do país — e dos demais países em desenvolvimento que fizeram acordo com o Fundo — não melhoraram.

Por isso, ele considera "fundamental encontrar uma forma nova e mais permanente de reestruturar a dívida, adequando-a à nossa capacidade de pagamento, condicionada pelas condições internas".

Yoshiaki Nakano manifestou esperança na solução, dentro em breve, do problema da dívida, e deu uma aula de otimismo. Segundo ele, o Brasil é visto no exterior com melhores olhos do que por grande parte dos próprios brasileiros. Lá fora, conforme afirmou, o país é encarado como a oitava economia do mundo, que deverá chegar ao quinto lugar até o final do século.

Além disso, é uma das poucas alternativas que ainda restam no mundo aos grandes investidores internacionais, sobretudo japoneses. Eles já investiram o que podiam na Europa (que como economia estável tem limitações) e nos Estados Unidos, uma economia em crise, como mostrou o crash da semana passada, na Bolsa de Valores de Nova York. Restariam o Sudoeste Asiático e a América Latina, porque a África não oferece condições de infra-estrutura e mão-de-obra para investimentos.